

4705
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 303895-7 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargada: Waldenice Maria Cavalcante.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame da matéria já decidida. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco o art 86, § 1º da Lei Federal nº 8.213/91, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 303895-7, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator

706
2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Relatório Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo na apelação cível nº 303895-7 –
Comarca do Recife**

Embargante: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Embargada: Waldenice Maria Cavalcante.

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. NÃO
ADSTRICÇÃO DO JUIZ AO LAUDO PERICIAL. NEXO ETIOLÓGICO ENTRE AS
LESÕES E O LABOR DESEMPENHADO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE
LABORATIVA. CONCESSÃO DO AUXÍLIO ACIDENTE. INTEGRATIVO
IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Correta a aplicabilidade do art. 557 do
CPC à espécie em tela, pois a matéria controvertida em questão se encontra
sedimentada na jurisprudência do STJ e desta Corte de Justiça, no sentido de
que o juiz não está adstrito ao laudo do perito oficial, podendo decidir contrário
a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam. 2. As
declarações médicas acostados pela agravada ao longo de todo o trâmite da
ação originária, inclusive após a sentença concluem, no mínimo, pela redução
de sua capacidade laborativa, restando robusta a documentação comprobatória
acerca da existência de nexo de causalidade entre a lesão de que é portadora e
o trabalho desempenhado. 3. Direito da agravada à percepção do auxílio
acidente no percentual de 50% (cinquenta por cento), devido a partir do dia
seguinte ao da cessação do auxílio doença, mais abono anual. 4. Recurso de
agravo unanimemente improvido (RAAC- 303895-7, 2ªCDP, rel. Des. Ricardo
Paes Barreto, julgado em 06/06/2013).

Sustenta o embargante, a inaplicabilidade do art. 557 ao caso em
análise, aduzindo, que o laudo produzido pelo perito oficial consiste,
indiscutivelmente, em prova técnica inatacável, no sentido de que a ora
embargada simplesmente não está acometido de qualquer doença
incapacitante, havendo nos autos apenas mera declaração de que estaria
incapacitado.

Por fim, requer o embargante, para fins de prequestionamento, a
manifestação expressa acerca dos arts. 145, 422, 436 e 437, ambos do CPC, bem
como do art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91, ditos violados.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o
pronunciamento explícito a respeito dos arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, bem
como do art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91.

~

4707
2

De proêmio, entendo correta a aplicabilidade do art. 557 à espécie em tela, pois a matéria controvertida em questão se encontra sedimentada na jurisprudência do STJ e desta Corte local de Justiça, no sentido de que o juiz não está adstrito ao laudo do perito oficial, podendo decidir contrário a ele quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam.

Sendo assim, as declarações médicas acostados pelo a ora embargada ao longo de todo o trâmite da ação originária, inclusive após a sentença, concluem, no mínimo, pela redução de sua capacidade laborativa, restando robusta a documentação comprobatória acerca da existência de nexo de causalidade entre a lesão de que é portadora e o trabalho desempenhado.

No caso em apreço, não há omissão a ser sanada, segundo se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

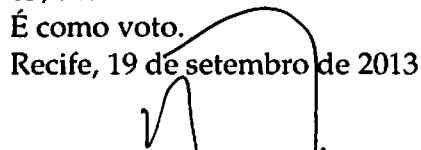
Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ com aresto adiante ementado:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

Por fim, se há eventual *error in judicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não se considerando malferidos os arts. 145, 422, 436 e 437, do CPC, tampouco o art. 86, § 1º, da Lei Federal nº 8.213/91.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator